

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

VITORIA ROSA ANDRADE DOS SANTOS

**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO NECESSÁRIO**

Rio de Janeiro

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Vitoria Rosa Andrade dos Santos

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO NECESSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado à  
Faculdade de Educação da Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, como requisito parcial para conclusão  
do curso de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Professor Doutor Amilcar Pereira

Rio de Janeiro

2022

VITORIA ROSA ANDRADE DOS SANTOS

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA EDUCAÇÃO: UM CAMINHO NECESSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientador (a): Prof.**

---

**Professor (a) Convidado (a): Prof.**

---

**Professor (a) Convidado (a): Prof.**

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Em um momento tão especial e desafiador como este não posso deixar de agradecer, em primeiro lugar, aos Orixás que me permitiram chegar até aqui, tendo em vista que o desenvolvimento desse trabalho se preocupa em honrar toda ancestralidade existente em nosso povo.

Agradeço imensamente aos meus pais, Mônica Rosa e Antônio Andrade, que em nenhum momento duvidaram do meu potencial e me motivaram todos os dias da minha vida para que eu conseguisse chegar até aqui. Meus avós maternos, Euricida, Nestor e Ariosto, que torceram por mim e me apoiaram em todos os dias de suas vidas, e também meus avós paternos, Geny e Andrade, que sempre se fizeram presentes e impulsionaram toda a minha trajetória escolar. Minha madrinha Ana Elisa, que fez e faz parte de todos os meus processos e me motiva a ser uma pessoa melhor.

Os amigos também são braços fundamentais para que eu alcance meus objetivos, pois nos momentos mais difíceis, como nos mais prazerosos, estivemos juntos. Então dedico um agradecimento especial a Lívia Maria, Mariana Pires, André Sousa, Renan Cardoso, Beatriz Henriques, Gabriela Trindade e Stella Correia, que me apoiaram em cada passo dessa construção.

Jéssica Castro, mulher preta, que foi essencial para que dar corpo a esse trabalho e para o meu conhecimento pessoal. Gratidão minha irmã!

Amilcar Pereira, meu orientador, que me apoiou nos momentos em que eu precisei respirar e refletir sobre minhas principais motivações. Obrigada por isso.

Que todos os seres possam se beneficiar dos frutos que estão por vir!

*É tempo de caminhar em fingido silêncio,  
e buscar o momento certo do grito,  
aparentar fechar um olho evitando o cisco  
e abrir escancaradamente o outro.*

*É tempo de fazer os ouvidos moucos  
para os vazios lero-leros,  
e cuidar dos passos assuntando as vias  
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.*

*É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
mas olhar fundo na palma aberta  
a alma de quem lhe oferece o gesto.  
O laçar de mãos não pode ser algema  
e sim acertada tática, necessário esquema.*

*É tempo de formar novos quilombos,  
em qualquer lugar que estejamos,  
e que venham os dias futuros, salve 2021,  
a mística quilombola persiste afirmando:  
“a liberdade é uma luta constante”.*

(Conceição Evaristo)

## RESUMO

SANTOS, Vitoria Rosa Andrade dos. **A representatividade negra na educação: um caminho necessário.** Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho tem como objetivo mostrar o quanto a representatividade negra influencia nos processos formativos de cada sujeito, seja por se fazer presente em suas trajetórias escolares, ou por sua ausência. A falta de representatividade negra nas escolas gera como consequência uma tardia identificação e pertencimento dessas pessoas dentro dos ambientes educacionais. É preciso seguir nas reformulações curriculares para que possamos, de forma democrática, oferecer diferentes referenciais para toda comunidade escolar.

Palavras-chave: **educação – representatividade – corpo negro**

## Abstract

SANTOS, Vitoria Rosa Andrade dos. **Black representation in education: a necessary path.** Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia) – Faculdade de Educação; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022.

The present work aims to show how much black representation influences the formative processes of each subject, either by being present in their school trajectories, or by its absence. The lack of black representation in schools unfurls, as a consequence, a late identification and sense of belonging of black people within educational environments. It is necessary to continue in the curricular reformulations so that we can, in a democratic view, offer different references for the entire educational community.

Key-words: **education, black representation, black body**

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>1. Trajetória educacional da população negra no Brasil desde o pós-abolição e seu impacto nas escolas .....</b>	<b>13</b>
<b>2. Quilombo tia Jô: Representatividade e acolhimento .....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Vitrola: Estereotipação e controle do corpo negro nas escolas.....</b>	<b>24</b>
<b>3. Jéssica Castro: Construção do ser pedagógico para uma representativa negra nos espaços educacionais.....</b>	<b>27</b>
<b>4. Mônica Rosa - Considerações Finais.....</b>	<b>32</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado é fruto e reflexo sobre a forma em que uma trajetória enquanto estudante somada à busca por uma construção enquanto professora pedagoga (que deseja atuar em todas as áreas da educação) estão alinhados, priorizando a promoção da dignidade para crianças negras e marginalizadas ao longo de suas trajetórias escolares.

Quando decidi estudar sobre esse tema e me dedicar a entender de que forma eu poderia intervir, muitas vezes me questioneei sobre minhas principais motivações, as quais são as mais variadas possíveis. Algumas lembranças da infância ainda são um pouco vagas, mas me recordo nitidamente dos momentos em que me senti invisibilizada na escola. E sempre me pergunto sobre o porquê de o que nos traumatiza sempre ficar marcado de forma imperativa, se está relacionado com a importância que damos para isso ou pelo fato de nos atravessar sem chance para recorrer.

Lembro com riqueza de detalhes das escolas em que estudei enquanto criança, na época moradora de Campo Grande, subúrbio do Rio de Janeiro, até os dez anos de idade, sempre estudei em escolas particulares, onde conseguia encontrar poucas pessoas com quem me identificava, seja de forma étnica ou pela realidade econômica. As violências ainda eram sutis, mas era o que me fazia pensar se aquele lugar realmente era para mim, se aquele espaço de fato deveria estar sendo ocupado por mim ou por qualquer outra pessoa.

Quando falo sobre as violências sutis, quero dizer sobre a forma como somos encarados, e como encaramos, cada situação vivenciada nos ambientes educacionais. Me recordo de sempre me sentir tolhida pelo meu tom de voz, pela forma como meu corpo se comportava - ou deixava de se comportar -, pelo cabelo solto que incomodava pois era cheio demais e eu poderia ter piolho, ou simplesmente por me sentir incapaz de participar de determinadas dinâmicas pela forma como eu me apresentava, fosse pelo jeito de sentar, pelas brincadeiras de rua ou pelo jeito de manifestar minhas opiniões.

A Vitória de 15 anos atrás não é muito diferente da de hoje. Opiniões fortes que precisam ser expostas, corpo livre para correr, dançar e brincar sempre que sentir vontade, muito afeto, necessidade de conversar e conhecer a multiplicidade que existe em cada pessoa, todavia de alguma forma, ao longo da minha trajetória, sempre senti que eu era demais. Quantas vezes já ouvi que um



dia eu pecaria por falar muito, até que um dia uma professora me apelidou de “vitrola”, e o que para muitos parecia engraçado ou uma forma de demonstrar uma certa atenção, ficou em um lugar de deboche para tudo que por mim era dito. E eu passei muitos anos me perguntando o motivo desse comportamento ter sido direcionado a mim.

Nos corredores das escolas, os murais construídos, as imagens utilizadas, todas as crianças que participavam de publicidade, os destaques do bimestre... eu lembro a cor de cada um deles, o cabelo, os olhos, e não me lembro de ter encontrado ninguém com quem me identificasse, algo para me dizer que aquele lugar também era meu.

Eu gostava muito de conversar com as “tias da cantina”, as quais nunca receberam um nome, além dos longos minutos ouvindo as histórias que os porteiros contavam de casos de outras crianças, assim como quando me machucava ou me envolvia em algum conflito. Os meus referenciais nem sempre eram as minhas professoras, não por serem ruins, mas por não conseguir enxergar nelas um espaço de acolhimento, por todo um sistema que foi construído a centenas de anos atrás e que até hoje precisamos lutar para reconstruir.

Tudo ficou mais forte quando me mudei para Duque de Caxias, uma cidade na baixada fluminense que representou um rompimento de muita coisa que acreditava na minha vida. Uma nova cidade, uma nova casa, uma organização familiar diferente, mas principalmente uma nova escola. Eu, que sempre conheci as escolas públicas do município quando acompanhava minha mãe no trabalho, e já me encantei e desejei estudar em muitas delas por me reconhecer nas outras crianças, vou para uma escola onde me deparo com a elite caxiense. Apesar de eu achar que seria diferente, as marcas eram as mesmas, pois os referenciais não mudaram, a lógica organizacional era a mesma, e eu fiquei por muitos anos me questionando sobre qual era o meu lugar nessa escola, sentindo que o mesmo continuava me sendo negado a cada aula, cada festividade, cada fala questionada.

E foi no ano de 2016 que uma chave virou para mim. Apesar de sempre me sentir diferente, de saber que eu era diferente, e não somente pelo meu jeito, mas pelos traços, pela minha pele, meu cabelo, meu nariz e lábios, e por todos os referenciais que somos ensinados a amar e os que merecem ser desprezados. Somente perto de completar meus dezoito anos essas fichas foram caindo para mim. E a minha primeira observação é que isso dói. O início do meu processo de

aceitação foi muito doloroso, solitário e em certos momentos perturbador, mas depois que consegui entender e começar a buscar quem de fato eu era, pela primeira vez, me senti livre.

Nesse sentido, os meus questionamentos começaram a ganhar nome, pela primeira vez eu sabia sobre o que estava falando e comecei a entender o lugar de onde vinham todos os meus questionamentos e até a ausência de pertencimento para lidar com eles quando ainda era uma criança. E comecei a me perguntar se a escola, se a educação é sobre isso, e qual o motivo de não nos sentirmos pertencentes no espaço onde iniciamos a nossa vida social.

Por isso a Pedagogia. Precisei buscar formas de estudar e entender porque a escola é um lugar de violência para pessoas negras, tanto as que lá estudam quanto as que lá trabalham. Pensei que encontraria as respostas na graduação, mas ainda encontrei um cenário um pouco semelhante ao que vivenciei, pois apesar de uma maior diversidade incontestável no corpo discente, o currículo que é apresentado ainda é muito centralizado na branquitude, em um universo que não nos pertence mais, ou melhor, que nunca nos pertenceu de fato. Então entendi que se realmente eu acredito que a educação é uma poderosa válvula para começarmos a romper com essa lógica racista, eu precisava me dedicar e ir mais fundo, entender onde tinha começado o problema.

Em um país como o Brasil, onde as bases educacionais foram construídas aliadas à violenta colonização que vivemos, é possível identificar que até os dias atuais lidamos com reflexos e marcas desse processo. E no âmbito da educação, por mais que tenhamos tido alguns avanços, os propósitos educacionais, os acessos aos ambientes escolares, as políticas públicas existentes, ou não, para permanência de estudantes, além da base curricular nacional, influenciam no bem estar e na identificação dos mesmos em suas trajetórias escolares.

Pensar sobre essas questões me levou a refletir sobre a forma como nos preparamos para atuar nas escolas, e como o nosso olhar é moldado ao longo do nosso processo formativo de forma que pode vir a corroborar com as estatísticas existentes. Já ficou comprovado que, ainda hoje, existe uma grande disparidade educacional entre pessoas negras e brancas, e o quanto a escola, de certa forma, é responsável por isso. Acredito que para que possamos romper com essa lógica que se faz presente há séculos, além de políticas públicas efetivas que respaldem os estudantes e professores, faz-se necessária uma autoavaliação do trabalho docente feito nos ambientes educacionais.

A escolaridade de brancos e negros nos expõe, com nitidez, a inércia do padrão de discriminação racial. (...) apesar a melhoria dos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo do século, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros se mantém estável entre as gerações. No universo dos adultos, observamos que filhos, pais e avós de raça negra vivenciaram, em relação aos seus contemporâneos de raça branca, o mesmo diferencial educacional ao longo de todo o século XX. (HENRIQUES, 2002 p. 93)

Segundo uma pesquisa do IBGE, em 2019, o número de pessoas brasileiras que concluíram o ensino básico nas escolas aumentou, mas ainda existe uma diferença quando os dados são contrapostos. Pessoas brancas correspondem a 55,8% das que conseguiram concluir esse ciclo, enquanto as pessoas negras chegaram aos 40,3%. Fazendo uma alusão a citação acima, a problemática não está só em elevar as porcentagens de escolarização, mas sim em buscar um lugar equiparado para todos, pois uma diferença de 15,5% não pode e não deve ser ignorada.

E esse é um dos meus pontos de partida para o desenvolvimento deste trabalho. Me dedico a questionar e buscar respostas para os seguintes questionamentos: por que mesmo depois de tantos anos essa desigualdade ainda está presente com números elevados?; quais políticas públicas existem para que nosso trabalho, enquanto pessoas educadoras, seja respaldado e de que forma o acolhimento pode ser efetivo dentro e fora das escolas?; por qual motivo a escola ainda continua sendo um lugar de violência para pessoas negras?; o que nós, pessoas educadoras, temos feito para mudar esse cenário e o que poderíamos fazer? Proporcionamos situações de debate e identificação da população negra em nossas práticas docentes?

Todos esses questionamentos e angústias vem de um lugar de muito atravessamento, pois ao longo da minha trajetória escolar, vivenciei muitos momentos difíceis em relação a minha identificação, representação e acolhimento dentro dos espaços em que estudei. E sinto o reflexo disso na minha preocupação em atuar com a educação. Acredito que esse seja um dos motivos pelos quais escolhi a docência. Pensar que de certa forma posso minimizar situações difíceis e dolorosas para meus estudantes me faz acreditar que sou uma parte da mudança desse cenário discriminatório que vivemos. O caminho é longo, desafiador, incerto e desperta muitas sensações que, por vezes, não conseguimos identificar ou nomear, mas enquanto não nos dedicarmos a entender de que forma podemos romper com essa lógica racista do fazer educacional, vamos estar cada vez mais longe das mudanças.

E ao longo desse processo de pesquisa, em conversas com meu querido orientador, que me auxiliou a aterrizar meus pensamentos e entender quais as minhas reais intenções motivadoras ao desenvolver esse trabalho, me encontro com Jéssica Castro. Jéssica é uma educadora preta que divide a docência comigo. Observar suas práticas e poder trocar de forma direta e acolhedora sobre a sua construção enquanto pessoa educadora, suas intencionalidades ao pensar cada proposta e o seu carinho com os educandos, me motivou a investigar, e me espelhar em sua trajetória.

Início este trabalho fazendo uma abordagem dos processos educacionais que vivenciamos desde o período tido como pós-abolição, entendendo como o poder legislativo influenciou para hoje presenciarmos a organização educacional vigente no nosso país. Além disso, busco mostrar aos leitores o quanto a minha trajetória é responsável para que hoje eu me coloque e pense desta forma.

No capítulo final dessa dissertação, busco trazer um pouco dessa troca dialógica com essa pessoa incrível. Juntas tecemos um diálogo em que nos propomos a avaliar constantemente nossas motivações e práticas, para combater o racismo e oferecer uma representatividade digna às crianças que nossos caminhos cruzaram.

## **1. TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL DESDE O PÓS-ABOLIÇÃO E SEU IMPACTO NAS ESCOLAS**

A desigualdade racial na educação é um reflexo do processo de construção do nosso país. O que ainda precisamos entender e debater é de que forma ela continua existindo e como a estruturação educacional brasileira influenciou, e ainda influencia, nesses dados. É importante frisar que o processo dito abolicionista no Brasil chegou ao fim em 1888, e somente em dezembro de 1961 foi instaurada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e com isso vivemos um período de setenta e três anos onde não houve um olhar político atento e direto para uma educação de acesso e permanência para toda a sociedade brasileira. Antes disso, cada estado tinha autonomia para gerenciar o formato de educação para sua população.

Em diálogo com o artigo realizado por Lucimar Dias, podemos compreender que o processo de criação da LDB não foi tão simples, um projeto que estava sendo motivo de luta desde 1956, passou por um período de tensão em 1958 onde duas visões de educação disputavam espaço. Por um lado, existiam apoiadores para que os investimentos públicos fossem feitos também em escolas privadas e confessionais, e por outros apoiadores de que esses investimentos deveriam ser feitos para escolas públicas geridas pelo Estado. E por mais que a escola pública tenha como objetivo atender a todos, é importante enxergá-la com um destinatário em especial: pessoas negras das quais, na época, não tinham esse direito garantido.

E apesar de ao longo da história termos tido educadores que refletiam sobre a questão de raça na educação, ela não ganhava uma notoriedade necessária para uma construção de identidade nacional, o que pode ser exemplificado, também, com as leis e acordos a respeito da imigração e política de embranquecimento no Brasil. Ou seja, ao longo de muitos anos não houve uma preocupação com a inserção de pessoas negras no cenário educacional brasileiro.

E, segundo Jerry Dávila, mesmo que houvesse uma preocupação iminente, a elite branca médica e a comunidade científico-social e intelectual, fizeram com que suas convicções a respeito de raça se transformassem em políticas educacionais.

Essas políticas não apenas refletiam as visões da elite sobre degeneração; elas projetavam essas visões em formas que geralmente contribuía para a desvantagem de brasileiros pobres e não-brancos, negando-lhes acesso equitativo aos programas, às instituições e às recompensas sociais que as políticas educacionais proporcionavam. Como essas políticas

estavam imbuídas de lógica médica e científico-social, elas não pareciam, superficialmente, prejudicar nenhum indivíduo ou grupo. Em consequência, essas políticas não só colocavam novos obstáculos no caminho da integração social e racial no Brasil como deixavam apenas pálidos sinais de seus efeitos, limitando a capacidade dos afro-brasileiros de desafiarem sua injustiça inerente. (DÁVILA, 2006, p.22)

No ano de 1996 nós passamos por um outro processo de estruturação das Leis de Diretrizes e Bases educacionais, o que também foi fomentado por três marcos importantes na nossa história: a elaboração Constituição de 1988, o Centenário da Abolição e os 300 anos da Morte de Zumbi dos Palmares, em 1995.

Outrossim, gostaria de ressaltar que essa movimentação no cenário político brasileiro não se deu somente por nossos governantes considerarem conveniente no momento, mas sim com muita luta do Movimento Negro que pressionava nossos políticos a agirem em relação a educação, pois lado a lado a luta pela democratização da educação e ampliação das escolas públicas, também se reivindicavam direitos básicos para sobrevivência da população negra. E essa é uma questão necessária de ser abordada, já que a luta do nosso povo é muito mais do que simplesmente pelo o acesso à educação, mas também pelo direito de sobreviver e viver de forma digna. Por esses motivos, somente estar dentro das escolas não é garantia de acessar e ter sua vida acessada pela experiência educacional.

Um fator importante que influenciou diretamente na reorganização da nossa LDB, foi a Constituinte que transforma racismo em crime com pena de prisão, pela Lei 7.716/89, conhecida popularmente como a Lei Caó. Esse fato, que foi um grande avanço em relação à Lei Afonso Arinos, que trata o crime passível apenas de multa, fez com que os legisladores se sentissem pressionados a rever a relação que a LDB de 61, onde não havia uma preocupação com as relações raciais nas escolas.

Ainda assim, a questão de raça não era citada explicitamente: o que passou a existir foi uma citação, no Capítulo VII Da Educação Básica, no Art. 38 inciso III, onde há uma orientação de que os conteúdos curriculares precisam obedecer às diretrizes a seguir:

III - o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas, raças e etnias para a formação do povo brasileiro. (BRASIL, 1996)

Pessoalmente, preciso dizer que não acredito nem concordo que apenas citar que o respeito a todas as raças e etnias garante que no cotidiano escolar, em nossos planejamentos e práticas

educacionais, consigamos fazer com que seja cumprido de fato. E então, começamos a ter essa garantia com a promulgação da lei 10.639/03 - que altera a 9394/96 e posteriormente foi alterada pela 11.645/08 - onde torna obrigatório o ensino da História Afro-brasileira nas instituições de ensino no nosso país.

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (BRASIL, 2003)

Nesse sentido, compreendo que apenas com o poder legislativo, que ainda assim é falho, sem termos políticas públicas que funcionem voltadas para a garantia e permanência da população negra em instituições educacionais, o cenário nunca vai mudar.

Pensar sobre isso me remete às minhas inquietações, enquanto criança e adolescente, em relação às representações que aprendemos nas escolas. A sensação que sempre tive é que somos ensinados a amar as imagens, nomes e histórias de pessoas brancas, enquanto as figuras racializadas são retratadas de forma negligente e com pouca notoriedade, colocadas em lugares subalternizados em grande parte dos referenciais históricos que estiveram, e ainda estão, em muitos recursos educacionais.

Quando um livro didático da disciplina de História só cita a população negra em uma situação de escravização, retratando esse processo de forma pacífica e comum, pois ao longo da história existiram vários processos escravizatórios, ignorando toda a luta e o massacre que aconteceu para com essas pessoas, é uma maneira de reforçar que pessoas com essas características fenotípicas estão fadadas a ocupar sempre os mesmos lugares.

Nós vivemos em uma sociedade onde as pessoas se espelham em outras, em seus ancestrais, nas figuras que às conquistam, em quem está aparecendo de forma midiática, e se nós, enquanto pessoas educadoras, não fornecemos essas imagens a todos os referenciais existentes em nossas salas de aula, estamos contribuindo para o não pertencimento desses estudantes.

Há uma supervalorização de imagens onde o corpo negro é friamente torturado em troncos, as situações precárias das senzalas, a marginalização dessas pessoas, e em contrapartida corpos brancos sempre aparecem em um lugar de liderança e destaque como os únicos com poder aquisitivo, o poder sobre outras pessoas e, inclusive, de decidir quando podem ser libertados ou

não. Pouco, ou nada, se mostra, dentro das escolas, sobre a nossa resistência, como as rodas de jongo, capoeira, a riqueza e resistência que eram os Quilombos e a forma como corpos negros resistiram e lutaram para que seus iguais fossem libertados. Assim como o Carnaval, o samba, o funk, o axé, a ritmização... Quando paramos para pensar e pesquisar sobre a contribuição da população negra para nossa história e cultura, conseguimos compreender que ela está presente, de forma ativa e direta, em todos os aspectos da nossa história.

E com o passar do tempo, torna-se cada vez mais urgente oferecer um espaço de identificação e pertencimento dentro das escolas. O trabalho de identidade étnica precisa ser abraçado com vigor e diálogo nas propostas curriculares que se farão nas relações escolares, nas salas de aulas e em todo espaço escolar. Rompendo fronteiras e alcançando o social. Visto que, desta forma, estaremos enquanto docentes, buscando dinamizar propostas em amplas esferas, principalmente na construção de políticas públicas que garantam o acesso da educação antirracista, onde se sintam pertencentes a essa esfera social.

Os que vislumbram o futuro acreditam, ainda, que se as condições históricas nos conduzem a um país em que a cor da pele ou a racialidade das pessoas tornou-se fator gerador de desigualdades, essas condições não estão inscritas no DNA nacional, pois são produto da ação ou inação de seres humanos e por isso mesmo podem ser transformadas, intencionalmente, pela ação dos seres humanos de hoje. (CARNEIRO, 2019, p. 294)

A lei 10.639/03 (futuramente alterada pela 11.645/08) trouxe ao mesmo tempo que um lugar de segurança para que discentes e docentes tenham o direito de conhecer e falar sobre todas as histórias, causa um certo desconforto para as pessoas que não consideram interessante modificar a realidade do nosso país. Ao mesmo passo que foi instaurada a lei, não existe nenhum mecanismo de acompanhamento para sabermos se ela de fato está sendo cumprida dentro dos espaços de educação.

Além disso, considero importante nos questionarmos sobre a forma como ela é aplicada, pois o que é ensinar sobre a História da cultura afro-brasileira e africana? Somente citá-la em um livro, não é o suficiente. É preciso que essa preocupação faça parte do nosso planejamento, que esses saberes estejam presentes no cotidiano escolar, permeando os processos de ensino e aprendizagem, de forma fluída, sendo parte de um todo. Termos em nossas práticas apenas uma sessão que se preocupe e delimite a falar sobre História e cultura afro-brasileira, só reforça a ideia inicial de que esses assuntos não fazem parte da nossa vida.



Sendo assim, a construção de um currículo que apresente as histórias e culturas de todas as matrizes formadoras de nossa sociedade, considerando-as todas importantes e complementares, sem o 'tradicional' viés eurocêntrico historicamente adotado, é algo fundamental para a formação de cidadãos com 'identidades individuais e sociais' diversas e que aprendam a respeitar as diferenças e possam lidar de maneira positiva com a pluralidade cultural, para que seja possível a construção de uma 'autêntica democracia racial'. (Pereira, 2012, p. 116).

Comumente vemos as mobilizações das escolas em datas específicas como o 13 de maio e 20 de novembro, mas principalmente o último, onde se comemora o dia da Consciência Negra, em memória a morte de Zumbi dos Palmares. Eu, que fui estudante de escola particular e ainda por cima bibliocêntrica - no ensino fundamental II e médio -, vivenciei esses dias sem nenhuma emoção, pois não consigo recordar de nenhuma movimentação a respeito disso. Todavia, tenho lembranças de movimentos que via acontecendo em outras escolas, e era sempre a mesma coisa, às vezes um filme, uma roda de capoeira, uns tecidos colocados de forma aleatória, ou comentários superficiais acerca deste dia.

O que sempre me inquietou foi comparar os diferentes cenários que vivia ao longo do meu processo escolar, pois nas escolas em que estudei existia um movimento bem diferente do que a minha mãe, enquanto professora fazia, para não só vivenciar as datas celebrativas, mas também a forma como dividia seu planejamento, como construía os relatórios das crianças, e o quanto fazia questão de valorizar as diferentes etnias nas suas salas de aula. Sem dúvidas, Mônica Rosa, é a minha principal inspiração e referência quando o assunto é vivenciar a educação na prática. É admirável ver a forma como ela se entrega e se doa para todas as crianças, buscando entender em qual realidade estão inseridas e qual a forma mais efetiva para acessá-las.

Trazer esse tema é uma coisa que me afeta, o que muitas vezes julgam parecer pequeno só foi ganhando cada vez mais proporção à medida em que fui crescendo, e, na maior parte dos casos, com outras pessoas, não existe uma preparação para que possamos lidar com o que nos afeta. É um pouco do que disse acima, somos ensinados a amar e levar pessoas brancas a lugares de poder e destaque, enquanto os que ocupamos vão se tornando cada vez mais violentos.

E é contraditório pensar que justo a escola, que comumente é o primeiro lugar de interação social para as crianças, onde existe uma preocupação de que tenhamos as mesmas oportunidades, possamos chegar aos mesmos lugares, ainda é um espaço de violência para pessoas negras. Pois vislumbrar uma formação somente para o mundo de trabalho, não é formar para a vida, e se as

peças não se formam para a vida, continuamos a seguir os mesmos padrões de sociedade que já estão dados.

O pós-abolição não restitui essa humanidade retirada - a escola reitera isso. Não é gratuito que nossas primeiras experiências com o racismo têm a ver com a entrada na escola. (CARNEIRO, 2016)

Existe uma etnoeducadora que admiro muito e fala um pouco sobre isso na sua pesquisa, o nome dela é Célia Cristo. Uma mulher, preta, pedagoga, trabalha com educação pública e popular a alguns anos e nos presenteou com uma escrita que fala sobre seus processos enquanto jovem e quando se torna professora de jovens.

Cristo (2016) fala sobre o quão violento é a forma como, nas escolas, na maioria das vezes, antes de começarmos a ler, já ouvimos e sentimos o preconceito das pessoas, e que quando não se sabe nomear e identificar de onde surge esse racismo, o espaço escolar vai se tornando cada vez mais violento e menos acolhedor.

Acho que deveria ter muito mais amigos, mas a gente não falava que sofria racismo, por isso não nos uníamos. A gente nem sabia o que era isso! Sabia que o colega era implicante! De tantos tempos calada, ora revidando os insultos, fui aprendendo a me defender e defender meus amigos e irmãos. Aos poucos fomos criando estratégias de sobrevivência na escola e fora dela. Para ter vez e voz é preciso ter astúcia. (CRISTO, 2016, p. 31)

É inaceitável que crianças precisem buscar sozinhas nos ambientes educacionais estratégias para sobreviver ao racismo até mesmo quando elas não conseguem identificá-lo ou sequer nomear. Se a escola é considerada o primeiro lugar de socialização para as pessoas é preciso que cumpra com seu papel e de forma democrática inclua, pertença, acolha e ofereça as mesmas oportunidades para as diferentes pessoas que ali estão.

À vista disso, é fundamental um repertório diverso, onde os referenciais e a forma como são apresentados, respeite e faça alusão a um universo pluriversal, onde cada criança possa se sentir contemplada e respeitada. Eu, enquanto professora, tenho o dever ético de fornecer aos estudantes diferentes formas de se ver e enxergar no mundo, de olhar para o outro e conseguir enxergá-lo como uma pessoa de direitos tanto quanto eu. E isso é o que mais me faz acreditar na educação e sentir o tamanho da nossa responsabilidade em exercer esse papel, porque mais que ensinar conteúdos programáticos, nós precisamos lecionar sobre o que é ser um cidadão, um amigo, uma

pessoa que se preocupa e respeita o próximo. E, de coração aberto, eu posso dizer que na maioria das vezes, as crianças me ensinam mais sobre isso do que eu a elas.

Parafrazeando novamente a dissertação de Cristo, em um outro parágrafo ela nos diz o seguinte:

Que construções de pensamento estão sendo forjadas junto aos alunos e alunas, nas mais diversas escolas, e nos mais diversos anos de escolaridade, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, que os levam a desistir de seguir adiante, de seu processo de vir a ser, de ser mais, como diz Paulo Freire, fazendo-os acreditar que o sucesso, no sentido ser bem sucedidos está fora, e não dentro da escola. [...] parte da causa está assentada no racismo institucionalizado nas escolas, legitimado por um currículo (eurocêntrico) que não atende, tampouco respeita às diferentes presenças no espaço escolar, desrespeitados por raça, idade, gênero, religião e orientação sexual. (CRISTO, 2016, p. 32)

## 2. QUILOMBO TIA JÔ: REPRESENTATIVIDADE E ACOLHIMENTO

Acredito que para debatermos esse tema, é estritamente necessário pensar sobre a construção de relações entre pessoas educadoras e os estudantes. Não concordo que essa responsabilidade e expectativa de mudança do nosso cenário educacional atual seja colocada somente em cima dos docentes. Contudo, cabe a nós uma constante autoavaliação sobre como damos a condução dos nossos planejamentos, práticas e condutas nos conflitos e demandas presentes no cotidiano escolar.

Ao longo do meu processo de escolarização são poucos os momentos em que me lembro que a representatividade me afetou, mas, dos que ainda tenho guardados na minha memória são dos mais marcantes, dos mais lindos encontros que a vida já me proporcionou. E é por isso que considero fundamental que exista uma diversidade das pessoas de referência, dentro desses espaços, pois essa é uma forma de mostrar que todos temos o direito de ocupar os diferentes lugares.

Uma coisa me chamou muita atenção, na primeira vez em que mudei de escola, foi ter tido a minha primeira professora negra. Aquilo era inédito pra mim, pois depois de tantos anos frequentando a escola, sem nunca ter encontrado uma figura de identificação, vejo a Tia Jô, com um sorriso farto. Quando digo que esses momentos ficaram marcados é porque me lembro exatamente da primeira frase que ela me disse: “que bom que você está aqui!”.

Pela primeira vez eu tinha um nome para chamar. Jô Antunes foi o primeiro nome que chamei na sala de aula que me fez sentir pertencente ao local em que estava, e isso foi fundamental para que eu conseguisse me sentir bem na escola, era uma certeza. E o que me parece ser algo pequeno para muitos olhos, para muitas crianças é o que falta, sentir-se representado no lugar que diz que são delas. Era bom estar na escola, eu não precisava mais pensar em diferentes formas de tentar voltar para casa, de fazer bagunça para desviar a atenção e de ficar contando os minutos para a hora do recreio. Eu queria estar ali, queria participar e aprender com ela, pois sabia que tinha muito a ensinar.

Quilombo, por definição no dicionário, é o nome dado aos espaços e as comunidades formadas por populações negras africanas e afrodescendentes fugidos da escravidão em busca de viver em liberdade. Mas, além disso, para as pessoas que acreditam nessa forma de resistência, o quilombo pode estar em diferentes lugares. Aquilombar-se é uma forma de resistir em coletivo, e

por mais que não tenhamos desde cedo a consciência disso, os nossos corpos e olhares estão sempre procurando um espaço e/ou pessoas onde possamos nos aquilombar.

E hoje, com vinte e três anos, pensando na minha condução e atuação em espaços escolares, chego à conclusão da importância de colocarmos o nosso corpo disponível para as possibilidades de aquilombamento dos nossos estudantes. E isso fica mais forte quando me vejo atuando em ciclos de educação infantil, pois a necessidade de estarmos próximos, em uma relação de troca corporal e expressiva, faz com que o acolhimento e as relações de confiança se estabeleçam.

O corpo negro que tem esse direito historicamente negado socialmente, precisa sentir, desde a infância a sua importância no mundo em que vivemos. O cuidado que muitas vezes parece ser algo simples de ser construído, acaba ficando de lado. Me lembro quando estava dando um banho em uma criança negra - que aqui vou chamar de N. - e ela me pediu para que penteasse seu cabelo, e nesse momento aquele pedido me levou para as diversas vezes em que ouvi que era necessário prender o meu cabelo, pois estava muito cheio e poderia acabar atrapalhando as outras crianças nas brincadeiras. O ato de educar e permitir-se educar reinventando o que de alguma forma nos sensibilizou ao longo da nossa trajetória é um ato político de resistência, é uma forma de aquilombar e ser quilombo. Pentear o cabelo da N. enquanto ela estava sentada em uma bacia e cantávamos fez com que eu entendesse que não é preciso, apenas, uma grande ação para começarmos a romper os padrões, que às vezes o simples fato de eu fazê-la se sentir enxergada no espaço onde passa a maior parte do seu dia, é o que ela precisa naquele momento para se sentir pertencente.

Compreender a complexidade na qual a construção da identidade negra está inserida, sobretudo quando levamos em consideração a corporeidade e a estética, é uma das tarefas e desafios colocados para os educadores. Deveria, também, ser uma das preocupações dos processos de formação de professores quando estes discutem a diversidade étnico-cultural. Os professores trabalham cotidianamente com seu próprio corpo. (GOMES, 2003, p.173)

O acolhimento é muito mais do que os gestos feitos de forma física, como o carinho ou cuidado. Está associado com a forma com que se lida com as situações cotidianas, o olhar empático para todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos. Acolher está diretamente alinhado com a não deslegitimação do outro, ou seja, valorizar os saberes que são trazidos pelo outro, muitas vezes construídos em suas casas, comunidades, em diferentes espaços, sem questionar ou tentar validar. O respeito é uma forma de acolhimento.

E a representatividade está diretamente relacionada com a forma como as pessoas negras se sentem vistas nos ambientes escolares, pois a representatividade construída na coletividade se dá a partir daquelas características que são percebidas comumente em um grupo, como por exemplo, a cor da pele (DESS, 2022).

Dess fala sobre a importância da representatividade no âmbito das artes, mas tal conceito não se difere muito quando o assunto é educação, pois do mesmo modo que, quando um ator negro assume um personagem que se coloca de forma representativa, ele além de romper padrões traz identificação para outras pessoas que buscam alcançar esse espaço. Nesse sentido, na educação, quando fazemos com que nossos educandos sintam-se representados e vistos, estamos dando alguns passos em direção a sua identificação com si próprio.

Com uma rápida pesquisa ao dicionário, podemos ver que representatividade se define como: “qualidade reconhecida a uma pessoa, a um grupo, a uma entidade ou a um organismo, mandatado oficialmente por um grupo de pessoas para defender ou representar os seus interesses ou exprimir-se em seu nome”. Nesse caso, entendendo que racialmente as pessoas negras se configuram como um grupo social, não podemos ignorar a importância de dar visibilidade a esse grupo. E a demanda urgente nesse momento é a legitimação de pessoas negras com potencial representativo dentro dos ambientes educacionais.

A partir do momento que é construído um sentimento de legitimidade na presença de cada sujeito, vai se desenvolvendo, mesmo que aos poucos, a sensação de pertencer, de fazer parte, de conectar-se.

Nesse caso o cuidado está mais ligado às formas como podemos promover essa busca pela construção da identidade e subjetividade de cada sujeito que se encontra nesse processo de escolarização. O que pode ser promovido com um repertório diverso, que busque promover sensações de dignidade, onde o corpo negro que é constantemente marginalizado consiga encontrar espaço para ser, em essência, o que se deseja. É violento que as mesmas representações que são feitas de forma midiática, que reforçam o status quo que vivemos socialmente, esteja no mesmo lugar do que oferecemos nas escolas.

Estas que precisam ser espaços construídos e pensados para que não continuemos a reproduzir uma lógica colonizadora em que as movimentações e organizações dos corpos negros

estejam sempre mediadas pelo controle, seja das emoções, das falas, da própria expressão corporal, tendo em vista que tudo que vem do corpo negro é, de forma comum, diretamente associado a violência.

A presença de diferentes etnias no ambiente escolar amplia o reconhecimento da identidade, da autoestima, da autovalorização e do “empoderamento” infantil para as crianças, que dificilmente se veem representadas nos recursos existentes em seu universo. Além disso, os elementos que contemplam a diversidade étnica proporcionam a identificação positiva e permitem a construção dessa autoestima, para que as crianças tenham um bom relacionamento tanto com a sua autoimagem quanto com a imagem do outro. (Cadernos de Educação, 2020 p.106)

## **2.1 VITROLA: ESTEREOTIPAÇÃO E CONTROLE DO CORPO NEGRO NAS ESCOLAS**

Falar sobre representatividade negra nas escolas, e principalmente na educação infantil, me remete diretamente a forma como somos ensinados a controlar nossos corpos e o quanto isso nos faz ocupar lugares estereotipados. E esse controle se faz de variadas formas, seja com comentários sutis, apelidos, a inviabilização de ter esse corpo livre, solto e transitando por diferentes esferas.

Assim como Nilma Lino Gomes (2017), acredito que o corpo negro não se separa do sujeito, ou seja, o nosso corpo está diretamente ligado àquilo que somos e acreditamos, ele permeia todas as nossas vivências e crenças, e está aliado a nossas ideias. Não somos somente um corpo, mas ele é parte do que somos. Com isso, penso que qualquer retaliação ligada a forma como o corpo negro se apresenta, está diretamente ligada a uma tentativa de controle do mesmo, e é a isso que precisamos, enquanto pessoas educadoras, estar atentas.

Receber um apelido na escola pode ter diferentes conotações. Por vezes podemos considerar que ele foi escolhido de forma carinhosa, ou quando duas pessoas tem o mesmo nome e preferimos abreviar, dar o diminutivo ou encurtar o nome, mas quando esse apelido vem relacionado a alguma característica, física ou expressiva, da pessoa que o recebe, temos uma grande chance de cairmos na estereotipação.

Com meus oito anos recebi o meu primeiro apelido na escola vindo de uma professora, que não gostava de ser interrompida e das coisas que eu falava sobre as brincadeiras, conhecimentos do corpo ou sobre as minhas vivências no terreiro. Lembro-me que sempre que algo relacionado a isso acontecia, eu ouvia: “olha, fala rápido porque já estereotiparão vem a ‘vitrola’ para dar palpite”, ou um simples corte como: “agora não ‘vitrola’, agora ninguém quer ouvir você”.

Por esse ângulo, aos poucos eu que sempre gostei de falar e colocar o que eu penso em debate, passei por um longo processo de questionar os meus próprios saberes, e isso não parou no terceiro ano do ensino fundamental. Consigo identificar até os dias atuais momentos em que eu tenho um pensamento bem estruturado, mas na hora de colocar isso pra fora eu me pergunto várias vezes se de fato vale a pena, se o que estou falando é realmente válido, ou se não preciso esperar mais tempo para me manifestar, construir um pensamento mais elaborado. Sendo que se os



conhecimentos são construídos de forma coletiva, sem uma troca ativa não se torna possível a elaboração de ideias.

Ter sido chamada de vitrola toda vez que desejava me posicionar não me define mais, mas por muito tempo foi definidor das minhas escolhas. Demorei muito para identificar de que forma isso me atingia e o que me ocasionava, e hoje entendo a importância da legitimação muito mais do que se é dito, mas pelo direito de falar quando se precisa ser ouvido. O deboche e o controle baixaram minha autoestima, e por muito tempo me fizeram acreditar que eu não deveria falar tanto e acredito que somente hoje, entendendo a importância de construir um trabalho que converse com essas questões, percebo que estou perdendo o medo de falar.

Controlar as expressões de uma pessoa, principalmente de uma pessoa negra, é retomar a ideia de controle, que para muitos pode ter terminado com o processo abolicionista que se findou em 1888, todavia é compreensível que ainda vivemos um período marcado pela colonialidade –ou seja, as marcas do período colonial ainda se fazem presentes, mesmo que de forma implícita na nossa organização enquanto sociedade – e ainda existem formas, mesmo que pareçam sutis, de tentar manter corpos negros controlados.

A educação escolar tem sido um dos principais meios de socialização de discursos reguladores sobre o corpo negro. A mudança nesse estado de coisas tem sido fruto da luta do Movimento Negro. E, nos últimos anos, tem sido tema da intervenção artística, poética e política de uma parcela da juventude negra, sobretudo as jovens negras. (GOMES, 2017, p.95)

O questionamento que me faço todos os dias é o porquê ainda vivemos em uma sociedade que insiste em tolher corpos negros em todos os seus aspectos. É um movimento que acontece em todas as instâncias, seja em operações policiais nas subidas das favelas, o encarceramento em massa de pessoas negras, a falta de políticas públicas efetivas para que exista um rompimento no *status quo* vigente, a ausência de representatividade em lugares públicos e particulares, dentre tantas outras formas de controle que o Estado nos impõe. E se é de forma institucional que esse movimento acontece de forma repetida a mais de quinhentos anos, é de forma institucional que essa lógica tem que ser quebrada.

É dever do Estado promover a cidadania de forma digna para corpos negros, possibilitando estratégias para a emancipação desses povos, de maneira que lutar não seja mais uma necessidade.

Ocupar os espaços sociais ainda é visto como uma ameaça, e a questão é que mesmo quando esses lugares são alcançados, ainda somos pegos em situações das quais colocam em xeque o nosso conhecimento, nossa vontade de ocupá-los e até mesmo a nossa capacidade.

O lugar de docente, de pessoa educadora, é muito desafiador, mas me inquieta as pessoas que escolhem ocupar esses espaços, e não se propuserem a romper com uma lógica que insiste em desumanizar negros e negras em espaços educativos.

Paulo Freire, um grande educador brasileiro, que se tornou referência mundial, nos fala muito sobre a importância de olhar para o papel do professor em suas práticas e na forma em que como nos propomos a trabalhar. E com isso eu penso que, além de pensarmos em nossas práticas, é preciso olhar para o que nos motiva a ocupar esse lugar na educação, de que maneira acreditamos que é preciso e necessário agir em situações conflituosas, e qual o nosso propósito.

Lidar com vidas diariamente me humaniza, me faz pensar em todas as vezes que fui tolhida ao longo do meu processo formativo e o quanto eu não quero que os estudantes que passarem por mim se sintam. Acredito que é um desafio muito grande, que não somos, nem nunca seremos responsáveis por todas as pessoas, escolhas e superação de traumas de qualquer pessoa que seja. Todavia é nosso dever, enquanto pessoas educadoras, avaliar nossa prática e identificar as demandas que precisam se dar ao longo do nosso processo de educar, em que precisamos pautar a emancipação de todos os corpos.

A busca por essa quebra de estereótipos me remete a grande Chimamanda e sua importante fala sobre o “Perigo da História Única”. Como podemos ter corpos livres se apenas uma versão dos fatos nos foi contada? Como podemos nos emancipar sem ao menos conhecermos nossas histórias? De que forma é possível findar com a estereotipação de corpos negros se as imagens que ganham notoriedade midiática ainda são de forma estereotipada? É urgente que pensemos em práticas que nos possibilitem, de vez, romper com esse modelo racista de se pensar a educação.

E o problema da história única é que ela produz estereótipos. E eles, por sua vez, nos tiram o direito de afirmar nossa diferença como legítima. (PEREIRA, 2021, p. 60)

### **3 JÉSSICA CASTRO: CONSTRUÇÃO DO SER PEDAGÓGICO PARA UMA REPRESENTATIVIDADE NEGRA NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS**

[...] educar para a superação de lógicas reducionistas e que, para desaprender/reinventar as imagens-memórias, se faz importante construir uma linguagem própria.  
(PEREIRA, 2021, p. 59)

A conversa com a educadora Jéssica Castro partiu da curiosidade e admiração pelas construções pedagógicas que tenho o prazer de assistir semanalmente no espaço educacional em que atuamos juntas profissionalmente. Jéssica é uma mulher negra, de trinta e sete anos, que se propõe a uma prática antirracista e de elaboração da representatividade entre as crianças.

Formada em Pedagogia e com bacharelado em dança, Jéssica, que é oriunda da baixada fluminense, onde também iniciou seu processo formativo, acredita que seu encontro com a negritude e suas vivências, principalmente, em rodas de jongo fortaleceram a educadora que ela se propõe a ser hoje.

Nas suas primeiras experiências no curso de formação de professores, com seus quinze anos, onde as oportunidades de práticas de estágio começam a surgir, e passa a fazer sentido a organização das salas de aula, as vivências com educação infantil, especial, EJA, é quando ela começa a entender as escolas como verdadeiros quintais, onde múltiplos saberes são compartilhados.

Cafundó, escola de quintal, pra mim, são escolas de grandes saberes. Hoje eu costumo dizer que as escolas em que eu atuo são grandes quintais, mas na minha época as escolas de quintais não tinham essa referência de sabedorias que pudessem simbolizar, inclusive, a historicidade daquelas crianças. (Transcrição da Conversa com Jéssica, 2022)

Por mais que para Jéssica, no período de sua formação, os referenciais fossem limitados acerca dos conhecimentos sobre a infância, como nos livros e no currículo proposto, acredita-se que hoje já tenhamos um grande avanço em relação a isso, pois os conteúdos sobre as perspectivas das crianças, estão com um acesso mais democrático e os saberes circulando de forma mais equiparada. Apesar da crença de que ainda temos muito a avançar, nossa querida e potente Jéssica compartilhou a alegria que sente em ver alguns livros didáticos com diferentes representações.

Durante a sua atuação enquanto educadora, Jéssica começa a sentir um incômodo e uma necessidade de se auto avaliar e buscar um sentido para a educação na sua vida. É então que ela começa a sua jornada de encontro de si mesma, para assim conseguir se encontrar na educação.

Aquelas carteiras para mim estavam muito cartesianas, eram muitos alunos em uma sala de aula e as coisas estavam muito confusas. Eu não me encontrei nessas experiências, mas alguma coisa me dizia que eu precisava continuar. [...] Eu sempre fui uma mulher de mexer muito o meu corpo né, os meus braços, a minha coluna. E aí eu soube do curso de bacharel em Dança, na UFRJ, e foi nessa que eu entrei pelas cotas, como uma aluna negra. (Transcrição da Conversa com Jéssica, 2022)

Nesse ponto, Jéssica compartilha as dificuldades em permanecer nesse curso, enquanto estudante negra em uma turma majoritariamente branca, onde de quarenta alunos, apenas cinco eram negros. A realidade na época era de uma mulher que já vinha de uma jornada de trabalho e uma atuação ativa em projetos sociais em um bairro em Duque de Caxias, que foi para onde sua avó, ainda viva, reside e sua mãe nasceu.

Durante nossa conversa, que se deu de forma muito fluída, Jéssica fala sobre o quão tortuoso foi esse processo, e o quanto era difícil além de toda a sua jornada de trabalho, lidar com a falta de representativa dentro do curso, seja nos arredores ou no currículo proposto. Utilizando suas palavras:

Eu via que eu não era vista por vários motivos. Eu não tinha uma dança que contemplasse aquele contemporâneo, aquele balé, eu era medrosa para fazer as coreografias. Eu não me via naquele lugar. Até que no terceiro período a gente tem uma disciplina chamada 'Cultura popular, folclores e coveiros' anunciada e construída pela Companhia Folclórica do Rio de Janeiro. (Transcrição da Conversa com Jéssica, 2022)

É nesse momento em que Castro se sente pela primeira vez vista durante o seu curso, pois conheceu professores que a olhavam e entendeu o seu corpo se movimentando com os instrumentos e a sagacidade daqueles saberes regionais. E as rodas de Jongo a apoiaram nesse processo de entender seu corpo nesse mundo e na educação.

Uma angústia em comum que compartilhamos foi sobre o quanto é lento o nosso processo de reconhecimento e identificação enquanto mulheres negras na educação. É cruel que pessoas negras, na maioria das vezes, precisem vivenciar primeiramente o lugar de dor e negação da própria identidade, antes de se sentirem contempladas e representadas de alguma forma. E é por isso que é tão importante que pensemos na multiplicidade existente em nossos espaços educacionais na

construção de referenciais, principalmente na educação infantil, que é onde as crianças começam a se entender enquanto sujeitos pertencentes a uma sociedade. E, no momento em que sentem-se referenciadas e se apropriam de sua raça/etnia, esse processo, que muitas vezes se dá de forma dolorosa, ocorre de maneira mais fluida, mais afetuosa e cuidadosa.

Mais à frente, Jéssica compartilha o quanto suas vivências de rua, as rodas de Jongô, o Maracatu, a atuação em projetos sociais, e a sua consolidação enquanto mulher negra fez com que ela encontrasse a “Pedagogia dançante”.

Eu vivi seis anos intensamente a UFRJ, digo que foi estritamente importante poder entender a Pedagogia e a dança-educação, a Pedagogia e o meu corpo dançante, o meu corpo negro dançante. [...] Foi então que eu virei uma pedagoga dançante, que a minha formação é Pedagogia, mas como eu embarquei na arte do movimento eu virei uma artista, uma artista, uma performance. (Transcrição da Conversa com Jéssica, 2022)

O encontro da Jéssica com a dança, com as danças pretas, os tambores, o ritmo, a regionalidade e as narrativas de historicidade de vida da sua avó e das pretas e pretos velhos com quem conviveu, não só forma a educadora Jéssica Castro que se propõe antirracista na educação, mas também a mulher negra que ela é. Para ela, assim como pra mim também, ser uma mulher negra, um corpo negro, é uma construção.

A gente se torna negra. A gente nasce negra, mas se torna, a gente se encontra negra. Porque é isso, o nosso cabelo se encontra negro, a nossa pele, o nosso jeito de falar, a nossa oralidade, as nossas referências. A gente vai encontrando livros, escritas narradas por nós, a gente vai questionando quando nos espaços de trabalhos não tem pessoas negras ou que se vejam negras, como a estrutura pedagógica antirracista vai começando a indagar sobre esse ser negro que vai se enegrecendo, e aí isso vai se incidindo sobre a nossa prática. (Transcrição da Conversa com Jéssica, 2022)

Ouvindo a Jéssica, pensando e visualizando suas práticas, eu entendi que sua construção enquanto educadora conversa com a minha, pois apesar de termos trilhado caminhos diferentes, a nossa intenção pedagógica parte do mesmo princípio: construir e proporcionar às nossas crianças o que nos foi negado enquanto estávamos nesse lugar. O desejo é poder partilhar os saberes que nossos ancestrais construíram para que nossa história seja vista e lembrada, e para que nossos estudantes negros possam ter diferentes formas de se sentirem representados e identificados. Dessa forma, acredita-se que possa, pouco a pouco, romper com a baixa autoestima, evasão escolar por falta de se enxergar nesses ambientes e até mesmo com a organização educacional que, mesmo com alguns avanços, ainda, de uma forma geral, se configura de maneira racista.

Além disso, não podemos ignorar a lei 10639/03 que legitima o ensino da História e saberes afro-brasileiros. E esses conteúdos precisam fazer parte da construção de um planejamento, estar nas práticas, nos referenciais teóricos, nos debates sobre as diferenças. A pluriversalidade precisa não só estar presente, mas se fazer presente no cotidiano escolar.

Conforme a gente se enegrecendo isso vai incidindo sobre a nossa prática. E aí eu comecei a encontrar o lugar de formação profissional que eu atravessei. O meu normal, minha Pedagogia e os meus seis anos, quase sete, de bacharel em dança e as minhas construções de rua. Pra mim, e o olhar mais digno da gente entender que a rua é a grande escola da vida. As culturas populares estão na rua, elas nascem na rua, elas coexistem na rua, elas ensinam na rua. [...] É na rua, é na terra, é na água, embaixo de uma árvore, é na fala do mais velho, do griô que senta pra contar, é na rua, é na casa, no quintal. Então eu fui encontrando a minha negritude, para o meu ato e o meu gesto pedagógico. Eu sou uma pessoa que eu aproveito a cena que eu tenho, porque eu tenho uma capacidade cênica bem forte, e eu aproveito isso. São sempre conteúdos muito certos, são conteúdos de uma mulher negra, o meu black, uma origem periférica, uma mãe negra. [...] Sempre esse lugar, porque ele nos aquece. (Transcrição da conversa com Jéssica, 2022)

Para Jéssica, uma forma de trazer isso para os ambientes escolares vem de jeito lúdico, com a dança, a performance, os saberes do Jongo, do Maracatu, e a doçura da sua voz, que mesmo sendo doce, afetuosa e de muito cuidado, traz falas certas e que provocam a reflexão, identificação e quebra dos paradigmas existentes.

Assim como o Jongo, nascido nas senzalas do nosso país, proporcionando encontros, acolhimento, pertencimento e auxiliando nos processos quilombolas, Jéssica se identifica como uma pessoa, uma flecha certa, que busca e consegue trazer assertividade para suas práticas e intencionalidades. E isso está nos livros que ela se propõe a ler com as crianças, na organização das rodas, nos tambores, na relação da nossa ancestralidade com a natureza e no resgate das memórias ancestrais através do corpo.

O nosso corpo é a forma como nos apresentamos, o sujeito negro não se constrói separado do seu corpo. Nós somos, porque o nosso corpo é e nos permite ser. E essa construção se dá de diversas formas, cada pessoa, cada criança, tem o seu jeito singular de se descobrir e encontrar nesse mundo, o nosso papel enquanto mediadores desse processo é fornecer substâncias possíveis para que elas encontrem seus caminhos e identidades sem que isso seja negado ou negligenciado pelo corpo docente em ambientes escolares.

A importância e a urgência em proporcionar um espaço representativo para esses corpos negros está no massacre que ainda acontece com o nosso povo, e essa consciência é fundamental

para que possamos ir rompendo com padrões e falas discriminatórias, que nos coloque sempre no lugar de termos que provar quem somos e legitimar os saberes que construímos, os quais possuem fontes diversas.

Ser uma pessoa educadora nos exige esse olhar atento e cuidadoso, além de uma conduta que não permita que as escolas sejam espaços de perpetuação dos processos colonizadores que vivemos há mais de quinhentos anos.

## **MÔNICA ROSA - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desenvolver esse trabalho talvez tenha sido o processo mais desafiador que vivenciei ao longo dos meus vinte e três anos. Pensar a educação com base na minha trajetória e na trajetória de uma outra educadora negra é me deparar com situações de violência que passamos, acerca dos processos de identificação e aceitação, entendendo de que forma isso se transformou em luta.

Legitimar essas narrativas nesse documento me remeteu aos lugares de invalidação do meu conhecimento que ocupei ao longo da minha trajetória escolar. Entender que o nosso corpo carrega uma carga ancestral de muita dor e muita luta, muitas vezes nos faz questionar a importância de ocupar diferentes espaços que nos foram negados por longos anos, e que agora, começando a ocupá-los e vê-los sendo ocupados por irmãos e irmãs, faz com que eu sinta um respiro e acredite que é possível.

Eu ainda não encontrei a minha forma de fazer ser possível e entender como a minha negritude incide em mim e vai fazer com que meu corpo se movimente a partir dela, mas aprendi que parada não vou encontrar. E por isso escolhi a educação, na verdade acredito que ela me escolheu antes que eu a escolhesse. Educação é movimento, é singular e plural ao mesmo tempo, é coletiva e individual, é um mistério. E para trabalharmos com o mistério é preciso que estejamos sempre atentas, e nos permitindo experienciar o que surgir.

Na atuação com educação infantil desde 2019, eu compreendi que é na infância que começamos a entender, ou não, quem somos. E é nesse processo que se faz tão necessário que estejamos, enquanto pessoas educadoras, nos preocupando com quais representatividades e representações estamos oferecendo às pessoas educantes por quem somos responsáveis. Cada passo é importante, cada gota é necessária para que além de educar crianças negras para se apropriarem de sua etnia e suas histórias, possamos também educar pessoas não negras para não repetirem os padrões racistas.

É inaceitável que tenhamos - e digo no plural, porque me incluo - que vivenciar processos violentos e negligentes nos ambientes educacionais. É violento ter que pensar que o primeiro contato com o racismo ocorre dentro das escolas, com crianças que ainda não estão prontas para lidar com isso, na verdade quando é que se está pronto? Existe estar pronto para lidar com situações racistas cotidianas?



Não existe o estar pronto. Mas precisa existir, desde sempre, a consciência de que o erro não está em nós e que temos direitos para enfrentar isso, pois é chegado o momento de não mais permitir que pessoas negras sejam invisibilizadas em qualquer espaço que seja, mas principalmente nas escolas.

Finalizo esse trabalho com a certeza de que não vou parar por aqui. Talvez escrever e pesquisar não seja a minha melhor estratégia para combater o racismo na educação, mas é uma delas e irei utilizá-las. Às pessoas educadoras que leram até aqui eu agradeço e desejo força, coragem e discernimento, para encontrarem um caminho luminoso na educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 08 fev. 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Entrevista I**. [nov. 2016]. Entrevistadora: Raíza Siqueira. São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019

CRISTO, Célia. **Sobre nós, mulheres negras na escola: um estudo sobre relações raciais e perspectiva decolonial de educação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Educação Básica. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016

HENRIQUES, Ricardo. **Raça & Gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas em educação**. Unesco, Brasília, 2002 p. 93.

DIAS, Lucimar R. **Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei. 10.639, de 2003**, In: ROMÃO, Jeruse. História da educação dos negros e outras histórias. Coleção Educação para Todos. Brasília: SECAD, 2005.

PEREIRA, Deise dos Santos. **Imagens-memórias, infâncias e ressignificações: a construção de uma educação antirracista em âmbito institucional**, In.: Práticas curriculares antirracistas: temas em construção. Org. Janaína de Azevedo Corenza. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021. 252p.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e a formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.167-182, jan./jun. 2003

\_\_\_\_\_. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

DESS, Conrado. **Notas sobre o conceito de representatividade**. Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1 n. 43, abr. 2022. Cadernos de Educação, v.19, n. 38, jan.-jun. 2020.

PEREIRA, Amilcar. "Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história**, [s. l.], v. 1, p. 116, 26 jun. 2012.